

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.410 - GO (2013/0292493-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : **SPEED COMÉRCIO DO VESTUÁRIO LTDA E OUTRO**  
**ADVOGADOS** : **TAYRONE DE MELO E OUTRO(S) - GO002189**  
                  **ATILLA BALDUINO VALENTE - GO026588**  
**RECORRIDO** : **BANCO BRADESCO S/A**  
**ADVOGADO** : **WILSON SALES BELCHIOR E OUTRO(S) - GO031084**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por SPEED COMÉRCIO DO VESTUÁRIO LTDA E OUTRO, com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado (e-STJ, fls. 1134/1135):

AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. REVELIA. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. POSSIBILIDADE. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS NARRADOS NA EXORDIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INEXISTÊNCIA DE MÁCULA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. DISCRICÃO DO MAGISTRADO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS.

1. A ocorrência de revelia não acarreta, *de per si*, o julgamento de procedência dos pedidos iniciais ante a presunção relativa de veracidade dos fatos alegados pelo autor.
2. Gozando o magistrado da prerrogativa do livre convencimento para apreciar as provas coligidas aos autos, observados os elementos bastantes para o deslinde da questão, não há que falar em cerceamento do direito de defesa ou mácula ao devido processo legal em virtude do julgamento antecipado da lide.
3. É de se negar provimento ao agravo regimental interposto contra a decisão monocrática que negou seguimento ao recurso de apelação cível, porque além de não apresentar fato novo suscetível de justificar a reconsideração do julgado, também não comprova que os fundamentos utilizados no decisor são contrários à jurisprudência predominante desta Corte e do Colendo Superior Tribunal de Justiça.
4. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 1145/1155).

Em suas razões (e-STJ, fls. 1158/1170), a parte recorrente aponta apenas ofensa ao art. 535, II, do CPC/1973, ao argumento de negativa de prestação jurisdicional, uma vez que não restou observado o direito no que tange à aplicação dos arts. 359, I e II, do CPC/1973 e 14, § 3º, I e II, do CDC.

Afirma, quanto ao art. 359, I e II, do CPC/1973, que "a recusa da apresentação DEVERIA ser interpretada como verdadeiros os fatos que, por meio da perícia, se comprovaria a veracidade das falsificações das assinaturas" (e-STJ, fl. 1165).

No que se refere ao art. 14, § 3º, I e II, do CDC, aduz que "se admissível que a responsabilidade civil por parte do Banco era objetiva, este Recorrido somente não responderia pelos defeituosos serviços prestados às Recorrentes, caso lograsse êxito em comprovar que a culpa era exclusiva das mesmas. Fato que não ocorreu!" (e-STJ, fl. 1167).

Requer que seja cassado o acórdão do TJGO de modo que se enfrente a matéria apresentada à luz dos dispositivos apresentados.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 1178).

Decisão de admissibilidade do recurso pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 1180/1182).

É o relatório.

Decido.

O recurso foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Não há falar em negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal de origem pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos e que se mostraram indispensáveis ao julgamento do recurso. Note-se que a Turma julgadora adotou como razões de decidir a decisão monocrática do relator, que assim dispôs quanto às matérias invocadas (e-STJ, fls. 1122/1125):

Dessa feita, ao menos num primeiro momento, verificada a inércia da parte ré em apresentar sua peça de defesa que contrarie as alegações iniciais, tomam-se estas como verdadeiras, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 320, do Código de Ritos.

Com efeito, insta gizar que doutrina e jurisprudência são assentes no sentido de que a revelia, *de per se*, não conduzirá obrigatoriamente à procedência dos pedidos exordiais. Pode ocorrer, *verbi gratia*, que os elementos colacionados no feito impliquem em entendimento diverso daquele externado na própria petição inicial, o que legitimará o juiz a convencer-se contrariamente ao requerimento formulado pelo autor.

É dizer, pois, que "o efeito da revelia não induz procedência do pedido e nem afasta o exame de circunstâncias capazes de qualificar os fatos fictamente comprovados (RSTJ 53/335).

Percebe-se que a revelia implica em presunção relativa, não absoluta, de veracidade dos fatos narrados de modo que o magistrado pode inclusive considerar por não provados os fatos incontestados nos autos, julgar o autor carecedor da ação ou, ainda, entender por improcedente a demanda.

(...)

Mesmo quando a relação jurídica travada entre os litigantes admite responsabilização civil de ordem objetiva, a exemplo dos liames consumeristas, como em cotejo, a mera alegação de má prestação de serviços não conduz, necessariamente, ao julgamento procedente dos pedidos quando das circunstâncias não se convencer o julgador.

Nesse diapasão, preciso o comando sentencial ao relatar que o cenário fático não acompanha as alegações iniciais, bem assim as provas carreadas aos autos, muito menos as máximas da experiência e padrões de razoabilidade.

(...)

Assim, não há o mínimo de plausibilidade relativamente aos fatos narrados na inicial. Isso porque, não se deve descurar que, o princípio da verdade formal, em consonância com as regras processuais aqui ventiladas, não possui o condão de permitir decisões totalmente divorciadas da realidade e com as regras ordinárias de experiência, de modo que possa, assim, cumprir, o Estado sua missão de realizar Justiça.

Ao julgar pela improcedência do pedido, não está o magistrado suprimindo a negligência do réu em apresentar defesa. Apesar de constatada a revelia, a lei não obriga o juiz a

abdicar de sua racionalidade e julgar contra a evidência verificada no caderno processual.

Desse modo, verifica-se a mera pretensão de reexame do mérito do recurso exaustivamente analisado na origem, circunstância que, de plano, torna imprópria a invocação de contrariedade ao art. 535, II, do CPC/1973.

Não se constata, portanto, omissão a ser sanada, pois a Corte local decidiu, de forma integral e motivada, as matérias controvertidas, ainda que contrariamente aos interesses da parte.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ACÓRDÃO RECORRIDO ENCONTRA-SE EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO PRESTIGIADO PELO STF. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTENTE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

I - Na origem, trata-se de ação ajuizada contra a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS com o objetivo de obter a nulidade de atos administrativos relativos a débito de ressarcimento ao SUS, de usuários de plano privado de saúde. Na sentença, julgou-se improcedente o pedido. No Tribunal a quo, a sentença foi mantida.

II - Conforme salientado pela instância ordinária, no que diz respeito ao mérito da pretensão, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento prestigiado pelo STF no mencionado RE, no que foi negado seguimento ao recurso extraordinário interposto (fl. 771).

III - Em relação à indicada violação do art. 535 do CPC/1973 pelo Tribunal a quo, não se vislumbram omissões de questões apresentadas pela recorrente, tendo o julgador abordado a controvérsia tal qual como colocada pelas partes.

IV - A oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irrisignação da embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso, sendo de rigor o afastamento da suposta violação do art. 535 do CPC/1973, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

V - No que diz respeito aos arts. do CPC/73, invocados como violados, verifica-se que seus conteúdos não foram analisados pelo acórdão recorrido, nem mesmo a parte cuidou de invocá-los no âmbito dos embargos declaratórios que opôs, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento, ensejando a incidência dos Enunciados Sumulares n. 282 e 356 do STF VI - Não constando do acórdão recorrido análise sobre a matéria referida no dispositivo legal indicado no recurso especial, restava ao recorrente pleitear seu exame por meio de embargos de declaração, a fim de buscar o suprimento da suposta omissão e provocar o prequestionamento, o que não ocorreu na hipótese dos autos.

VII - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.013.169/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/2019, DJe 22/10/2019.)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA COM BASE DE NO VALOR DA CAUSA. AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO DO VALOR NA EXORDIAL. MERA IRREGULARIDADE. VALOR DA CAUSA CORRESPONDE AO VALOR DA EXECUÇÃO. AGRAVO INTERNO DO SPORT CLUB DO RECIFE A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A parte agravante não apresentou qualquer fundamento capaz de reverter as conclusões alcançadas no julgamento monocrático.

2. Inicialmente, no que diz respeito à suposta ofensa ao art. 535 do CPC/1973, observa-se

que o Tribunal de origem, ao contrário do alegado, manifestou-se fundamentadamente a respeito de todas as questões postas à sua apreciação e, ao final, decidiu contrariamente aos interesses da parte recorrente, que buscou, com os Embargos de Declaração, a reapreciação do mérito da causa. Logo, em virtude da não ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade, não se verifica ofensa à regra ora invocada.

3. Consoante entendimento desta Corte, o valor da causa, em sede de embargos à execução, deve ser equivalente ao valor atribuído ao processo executivo, quando se questiona a totalidade do título, como na hipótese sub judice (AgInt no AgInt no AREsp. 1.024.756/SP, Rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 13.3.2018). Logo, não prospera o argumento de que, à falta de fixação do valor posto na exordial dos embargos, impede a fixação da verba honorária com base no valor da causa.

4. Agravo Interno de SPORT CLUB DO RECIFE a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.509.552/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/10/2019, DJe 21/10/2019.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. MERA INSATISFAÇÃO COM O CONTEÚDO DECISÓRIO CONTIDO NO ARESTO OBJURGADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. QUESTÕES VENTILADAS SOMENTE NO VOTO VENCIDO. SÚMULA 320/STJ.

1. Verifica-se que não há qualquer ofensa ao art. 535 do CPC/1973, pois o Tribunal a quo dirimiu as questões pertinentes ao litígio, emitindo pronunciamento de forma clara e fundamentada. Inexiste omissão no acórdão que, embora com fundamentação contrária ao interesse da parte, desata a questão jurídica posta em juízo. 2. Os embargos de declaração não constituem meio idôneo a sanar eventual error in judicando, não lhes sendo atribuível efeitos infringentes caso não haja, de fato, omissão, obscuridade ou contradição.

3. Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

4. Na presente hipótese, verifica-se que os dispositivos do CDC supostamente violados, em que pese a oposição de embargos de declaração, não foram analisados e aplicados pela instância de origem, porquanto a controvérsia foi dirimida sob ótica diversa daquela proposta pela parte insurgente.

5. Conclui-se pela incidência da Súmula 211/STJ ao vertente caso, ante a falta do necessário prequestionamento da matéria.

6. Conforme o enunciado da Súmula 320/STJ, aplicável ao caso ora em apreço, uma vez que o apelo nobre foi interposto na vigência do CPC/1973, a questão federal somente ventilada no voto vencido não atende ao requisito do prequestionamento.

7. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1.411.072/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 24/09/2019.)

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator